

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

TIPO 1



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **25 (vinte e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a(s) folha(s) de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- 2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- Boa sorte!**

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

1

A empresa de Seguros XX S.A., atuante no mercado de seguros, está passando por uma auditoria independente exigida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Durante a auditoria, o auditor responsável YY descobre inconsistência na contabilização da conta 2161111 – RISCOS EMITIDOS (Elenco de Contas e Modelos de Publicação – Circular Susep nº 648/21) da empresa, que poderia indicar uma subavaliação do passivo. No entanto, o diretor financeiro da empresa, ciente da situação, solicita que YY omita essas informações do relatório final, alegando que a divulgação completa poderia prejudicar a imagem da empresa no mercado.

Considerando as diretrizes da NBC PG 01 e o papel da Susep na fiscalização das empresas de seguros, diante dessa situação, YY deve

- (A) divulgar parcialmente as inconsistências, mencionando-as de forma genérica no relatório para minimizar o impacto, mas sem revelar todos os detalhes.
- (B) cumprir as ordens do diretor financeiro, mas fazer uma denúncia anônima à Susep para que a fiscalização seja informada sem comprometer sua posição.
- (C) omitir as informações solicitadas pelo diretor financeiro, já que a proteção da imagem da empresa é crucial e YY deve seguir as orientações da administração.
- (D) renunciar ao trabalho, argumentando conflito ético, mas sem relatar o ocorrido para a alta administração da empresa e para a Susep, deixando a responsabilidade para o próximo auditor.
- (E) relatar o ocorrido para a alta administração da empresa para as providências cabíveis, avaliar uma possível renúncia ao trabalho e comunicar o fato à Susep, cumprindo sua obrigação ética de transparência e integridade.

2

Durante o exame das demonstrações contábeis da seguradora Alfa Vida S.A., referente ao exercício de 2024, o auditor externo independente avaliou o resultado do Teste de Adequação de Passivos (TAP), conforme exigido pela Circular Susep nº 678/2022. A seguradora apresentou os seguintes dados:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): R\$ 35.000.000,00;
- Provisão para Sinistros a Liquidar (PSL): R\$ 25.000.000,00;
- Demais Provisões Técnicas (excluindo a PCC): R\$ 15.000.000,00;
- Valor presente dos fluxos de saída esperados (obrigações futuras): R\$ 82.000.000,00;
- Valor presente dos fluxos de entrada esperados (receitas futuras): R\$ 4.000.000,00.

Com base no resultado do TAP e nas determinações da Circular Susep nº 678/2022, constata-se que o passivo técnico é insuficiente para cobrir os fluxos futuros líquidos, devendo a provisão ser complementada.

Nesse caso, o valor da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) a ser constituída deve ser de

- (A) R\$ 7.000.000,00.
- (B) R\$ 3.000.000,00.
- (C) R\$ 10.000.000,00.
- (D) R\$ 4.000.000,00.
- (E) R\$ 5.000.000,00.

3

Durante auditoria financeira externa independente realizada na seguradora XXX, o auditor avaliou a conformidade da entidade com a legislação básica do setor de seguros no Brasil, em especial o Decreto-Lei nº 73/1966, que dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados e regula as operações do setor.

Após análise documental e entrevistas com a diretoria, o auditor formulou as seguintes quatro hipóteses, a serem avaliadas como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) é o órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, subordinado ao Ministério da Fazenda.
- () Compete à Superintendência de Seguros Privados (Susep) autorizar, controlar e fiscalizar as operações das sociedades seguradoras e entidades abertas de previdência complementar.
- () As sociedades seguradoras devem manter, em moeda corrente, provisões técnicas e reservas suficientes para garantir os compromissos assumidos nos contratos de seguro.
- () É vedado às sociedades seguradoras contratar resseguro no exterior, ainda que inexistam condições de cobertura no mercado ressegurador local.

Refletindo a respeito, o auditor concluiu, corretamente, que as hipóteses eram, respectivamente,

- (A) V – V – V – V.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – V – V – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) F – V – V – V.

4

Durante a auditoria externa nas demonstrações contábeis da empresa YYY S.A., o auditor independente foi responsável por verificar a aderência na constituição das provisões técnicas obrigatórias aos critérios estabelecidos na Circular Susep nº 678/2022, com foco em provisões que possuem fundamento atuarial e determinam a solvência da entidade. Para isso, avaliou os quatro títulos de capitalização com diferentes estágios de vigência, cancelamento, resgate e sorteio pendente elencados a seguir, e buscou associá-los corretamente às provisões técnicas devidas:

- I. Provisão Matemática para Capitalização (PMC)
- II. Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)
- III. Provisão para Resgate (PR)
- IV. Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)

- () Abrange valores a pagar por títulos vencidos ou cancelados, entre o evento gerador e a quitação.
- () Corresponde à parcela dos recursos destinados a sorteios já custeados, mas ainda não realizados.
- () Reflete valores acumulados para capitalização até a ocorrência do evento de resgate.
- () Relaciona-se aos valores de bônus a serem pagos conforme critérios atuariais definidos em cada plano.

A associação correta entre os termos e suas respectivas definições, na ordem dada, é:

- (A) II – IV – I – III.
- (B) I – IV – III – II.
- (C) III – I – IV – II.
- (D) IV – III – I – II.
- (E) III – IV – I – II.

5

De acordo com a NBC PA 400 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE AUDITORIA E REVISÃO, a ameaça de interesse próprio, de familiaridade ou de intimidação pode ser criada se membro da equipe de auditoria, ou qualquer familiar imediato dessa pessoa, tem interesse financeiro em entidade quando conselheiro, diretor, ou controlador do cliente de auditoria também tem interesse financeiro nessa entidade.

Avalie se os fatores relevantes na avaliação do nível dessas ameaças incluem os seguintes:

- I. A materialidade do interesse financeiro.
- II. A função da pessoa na equipe de auditoria.
- III. O tempo em que a pessoa está na equipe de auditoria.
- IV. Se a entidade possui poucos, muitos acionistas ou equivalentes.
- V. Se o interesse dá ao investidor a capacidade de controlar ou influenciar, significativamente, a entidade.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, II e III, apenas.
(B) IV e V, apenas.
(C) I, II, IV e V, apenas.
(D) II, III, IV e V, apenas.
(E) I, II, III, IV e V.

6

De acordo com a NBC PO 900 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, o sócio ou empregado da firma não deve atuar como secretário de cliente de asseguração da firma, a menos que a prática seja especificamente permitida nos termos da legislação local ou das regras ou práticas profissionais.

Além disso, a administração deve tomar todas as decisões pertinentes e as funções e atividades realizadas devem ser limitadas àquelas rotineiras e de

- (A) natureza tributária.
(B) natureza financeira.
(C) natureza administrativa.
(D) consultoria sobre aspectos jurídicos.
(E) consultoria sobre governança corporativa.

7

Avalie, com base na NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES, se cabem ao Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE), responsável pela administração do Programa de Revisão, as seguintes ações:

- I. Selecionar os revisores, observando o porte e a experiência.
- II. Julgar os recursos interpostos sobre as decisões proferidas, relativamente aos relatórios de revisão emitidos.
- III. Revisar os relatórios de revisão e outros documentos elaborados pelo Revisor e os planos de ação elaborados pelo Revisado.

Está correto o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

8

Uma entidade supervisionada, que não está enquadrada na obrigatoriedade de constituição do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), de acordo com as diretrizes da Circular Susep nº 648/2022, deseja constituir o BDPO.

De acordo com a circular, a entidade

- (A) poderá optar pela constituição, aplicando-se a ela os mesmos direitos e deveres atribuídos às instituições obrigadas a constituir esse banco de dados.
- (B) poderá optar pela constituição, mas não serão aplicados a ela os direitos e deveres atribuídos às instituições obrigadas a constituir esse banco de dados, uma vez que a adoção não é obrigatória.
- (C) poderá optar pela constituição, e serão aplicados a ela deveres maiores do que aqueles atribuídos às instituições obrigadas a constituir esse banco de dados, uma vez que ela escolheu realizar a adoção por conta própria.
- (D) não poderá optar pela constituição, uma vez que não terá condições operacionais de cumprir com os deveres atribuídos às instituições obrigadas a constituir esse banco de dados.
- (E) não poderá optar pela constituição, uma vez que, provavelmente, não apresenta prêmio-base anual e provisões técnicas superiores a R\$ 200.000.000,00 nos dois exercícios anteriores.

9

De acordo com a Circular Susep nº 648/2022 e modificações, é responsabilidade das entidades supervisionadas assegurar que os ativos garantidores de provisões técnicas estejam registrados, custodiados ou depositados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto às instituições autorizadas pelo Banco Central (BCB) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que tenham convênio ou acordo de cooperação técnica com a Susep.

Para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão mensurados pelo seu

- (A) valor justo.
- (B) valor presente.
- (C) valor de cumprimento.
- (D) custo histórico.
- (E) custo corrente de reposição.

10

Com relação ao relacionamento entre a firma e seus clientes de asseguração, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A firma não deve aceitar empréstimo de cliente de asseguração que é banco ou instituição semelhante, a menos que o empréstimo seja concedido segundo procedimentos, prazos e condições normais de financiamento.
- II. A firma não deve manter depósitos ou conta de corretagem com cliente de asseguração que é banco, corretora ou instituição semelhante, a menos que o depósito ou a conta seja mantido em condições comerciais normais.
- III. A firma não deve aceitar empréstimo ou garantia de empréstimo de cliente de asseguração que não é banco ou instituição semelhante, a menos que o empréstimo ou a garantia seja imaterial para a firma e para o cliente.

De acordo com a NBC PO 900 – INDEPENDÊNCIA PARA TRABALHO DE ASSEGURAÇÃO DIFERENTE DE AUDITORIA E REVISÃO, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11

Com relação aos direitos e deveres do corretor de seguros, de acordo com a Lei nº 4.594/64 e alterações, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As corretagens pactuadas para cada modalidade de seguro, inclusive em caso de ajustamento de prêmios, deverão ser pagas diretamente às entidades seguradoras, sem intermediação de corretores.
- () O corretor deverá restituir a diferença da corretagem em casos de alterações de prêmios por erro de cálculo na proposta ou por ajustamentos negativos.
- () Os custos administrativos da seguradora decorrentes de propostas efetivadas serão atribuídos ao corretor de seguros.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – F – F.

12

Uma entidade assinou contratos de seguro de vida com clientes. De acordo com esses contratos, a abrangência do seguro é limitada, e a entidade não arca com nenhum risco de mortalidade ou morbidade significativo.

Com base na NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGURO, esses são considerados contratos de

- (A) seguro, uma vez que o contrato compensa o cliente por meio da prestação de serviços.
- (B) seguro, uma vez que o risco de seguro transferido pelo contrato decorre fundamentalmente do uso dos serviços.
- (C) seguro, uma vez que a entidade não reflete uma avaliação do risco associado a cliente individual ao estabelecer o preço do contrato com esse cliente.
- (D) investimento, uma vez que não transferem risco de seguro significativo à emitente.
- (E) investimento, uma vez que não se sabe se o contrato estará vigente quando for utilizado.

13

Jonas foi nomeado interventor para uma entidade de previdência complementar ao ser constatado que nela ocorreram irregularidades na constituição das reservas técnicas e provisões por ativos garantidores. No exercício da sua atividade, Jonas observou que será necessário onerar a entidade.

À luz da Lei Complementar nº 109/2001, em relação ao prazo de Jonas, é correto afirmar que

- (A) devido ao fato de a atividade ser onerosa, o prazo de Jonas dependerá de prévia e expressa autorização do órgão competente, ocorrendo sua cessação ao ser aprovado o plano de recuperação da entidade, ou decretada sua liquidação extrajudicial.
- (B) Jonas terá até 180 dias para apresentar o plano de recuperação da entidade, ou decretar sua liquidação extrajudicial.
- (C) Jonas terá até 360 dias para apresentar o plano de recuperação da entidade, ou decretar sua liquidação extrajudicial.
- (D) Jonas exercerá a atividade por até 180 dias, sendo necessária autorização expressa do órgão competente, se for necessária a ampliação do prazo para apresentar o plano de recuperação da entidade, ou decretar sua liquidação extrajudicial.
- (E) Jonas exercerá a atividade por até 360 dias, sendo necessária autorização expressa do órgão competente, se for necessária a ampliação do prazo para apresentar o plano de recuperação da entidade, ou decretar sua liquidação extrajudicial.

14

Bernardo trabalha na contabilidade de uma empresa de seguros e observou que alguns contratos atendem à definição de contrato de seguro, mas têm como finalidade principal a prestação de serviços por taxa fixa.

O funcionário sabe que, atendidas condições específicas, a entidade pode decidir aplicar a esses contratos a NBC TG 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE, em vez da NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGUROS. Assim, a entidade pode fazer essa escolha, contrato a contrato, mas a escolha para cada contrato é irrevogável.

Com base nas condições previstas na NBC TG 50 para tal situação, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A entidade não reflete uma avaliação do risco associado a cliente individual ao estabelecer o preço do contrato com esse cliente.
- II. O contrato compensa o cliente por meio da prestação de serviços, em vez de efetuar pagamentos em dinheiro ao cliente.
- III. Contratos de seguro limitam a indenização por acontecimentos segurados ao montante necessário para liquidar a obrigação do tomador de seguro criada pelo contrato (por exemplo, empréstimos com renúncia à morte), a menos que tais contratos sejam excluídos do alcance de aplicação do item 7 da NBC TG 50.
- IV. O risco de seguro transferido pelo contrato decorre fundamentalmente do uso dos serviços pelo cliente, e não da incerteza sobre o custo desses serviços.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

15

Segundo a Circular Susep nº 648/2021, a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) deverá ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo.

Para formar essa provisão é necessário obedecer a alguns critérios, entre os quais se inclui o seguinte:

- (A) o cálculo da provisão deverá considerar a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula ($PPNG = Base\ de\ Cálculo\ x\ Período\ de\ Vigência\ decorrido/Prazo\ de\ Vigência\ do\ Risco$), em cada ramo ou plano, por meio de cálculos individuais por cobertura contratada.
- (B) a base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, líquido das operações de resseguro e bruto das operações de cosseguro cedido.
- (C) no período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão deverá ser efetuado considerando o período de vigência decorrido igual ao prazo de vigência do risco.
- (D) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deverá ser calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência decorrido, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco.
- (E) o cálculo da provisão deverá contemplar estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).

16

No que se refere a transferências de riscos e transformações societárias, a supervisionada que receber carteira, incorporar outra supervisionada ou parcela cindida de supervisionada ou for criada por meio de fusão ou cisão deverá, até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da conclusão da operação, protocolar expediente na Susep comunicando o fato à coordenação-geral competente.

À luz do que dispõe a Circular Susep nº 648/2021, assinale a opção que apresenta corretamente o mês de conclusão da operação do referido caso.

- (A) No caso de transferência da carteira: o mês posterior à data da transferência, conforme contrato firmado entre cedente e cessionária.
- (B) Nos casos de cisão, fusão ou incorporação: o mês em que a operação for deliberada em assembleia geral de acionistas.
- (C) No caso de transferência da carteira: o mês em que a operação for deliberada em assembleia geral de acionistas.
- (D) Nos casos de cisão, fusão ou incorporação: o mês que contém a data acordada da transferência, conforme contrato firmado entre cedente e cessionária.
- (E) Nos casos de cisão, fusão ou incorporação: o mês posterior ao que a operação for deliberada em assembleia geral de acionistas.

17

Assinale qual dos produtos a seguir não faz parte do conjunto de produtos que as seguradoras deveriam oferecer.

- (A) O Seguro Rural, que é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos.
- (B) O Seguro de Pessoas, pois tem por objetivo garantir o pagamento de uma indenização ao segurado ou aos seus beneficiários, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas.
- (C) O Seguro de Transportes que garante ao segurado uma indenização pelos prejuízos causados aos bens segurados durante o seu transporte em viagens aquaviárias, terrestres e aéreas, em percursos nacionais e internacionais.
- (D) O Seguro de Garantia Estendida que tem como objetivo fornecer ao segurado, facultativamente e mediante o pagamento de prêmio, a extensão temporal da garantia do fornecedor de um bem adquirido e, quando prevista, sua complementação.
- (E) O Seguro PGBL/PRGP/PRSA/PRI, pois é o plano de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência, que tem por finalidade o pagamento do capital segurado de uma única vez ou sob a forma de renda (benefício complementar).

18

Avalie se as informações a seguir, sobre as normas contábeis aplicáveis ao mercado segurador brasileiro, estão corretas.

- I. O Decreto-Lei nº 73 de 1966 estabelece que compete ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) emitir as normas contábeis aplicáveis ao mercado segurador no Brasil.
- II. A Resolução CNSP nº 432 de 2021, seguindo suas antecessoras, orienta que as supervisionadas da Susep deverão observar as Normas Contábeis, segundo regulamentação específica editada pela CNSP.
- III. A Circular Susep nº 648 de 2021, alterada pela Circular Susep nº 678 de 2021, dispõe sobre diversas questões relacionadas ao mercado segurador, entre elas, as Normas Contábeis.
- IV. A Susep é responsável pelo *enforcement* (recepção) dos pronunciamentos, interpretações e revisões emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o que igualmente é realizado por meio de normativos emitidos pela Susep.

Estão corretas as afirmativas

- (A) II e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

19

Avalie, com base na NBC TG 50 – CONTRATOS DE SEGUROS, se os seguintes conceitos que envolvem os contratos de seguros estão corretos.

- I. A margem contratual de seguro é o componente do valor contábil do ativo ou passivo para o grupo de contratos de seguro que representa o lucro não ganho que a entidade deve reconhecer conforme decorrido o período de cobertura do seguro de acordo com os contratos de seguro no grupo.
- II. O fluxo de caixa de cumprimento é a estimativa explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade (ou seja, valor esperado) do valor presente dos fluxos de saída de caixa futuros menos o valor presente dos fluxos de entrada de caixa futuros que surgirão conforme a entidade cumpre contratos de seguro, incluindo ajuste de risco pelo risco não financeiro.
- III. Risco de seguro é o risco, incluindo o risco financeiro, transferido do titular do contrato à emitente.
- IV. Evento segurado é o evento futuro e incerto coberto por contrato de seguro que cria risco de seguro.
- V. Carteira de contratos de seguro é a carteira de contratos de seguro sujeitos a riscos similares e administrados em conjunto.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

20

A Circular Susep nº 648/2022 e a Circular Susep nº 678/2022 tratam do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

A respeito desse tema, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As sociedades seguradoras, as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs) e os resseguradores locais enquadrados nos segmentos S1, S2 e S3 deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.
- II. O TAP se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.
- III. O TAP deve ser elaborado, obrigatoriamente, nas datas-bases de 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, pelas supervisionadas enquadradas nos segmentos S1, S2 e S3.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

21

A NBC PA 11 – REVISÃO EXTERNA DE QUALIDADE PELOS PARES é uma norma que estabelece diretrizes e procedimentos para o controle e o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados por auditores independentes no Brasil. Esse processo, denominado “Revisão pelos Pares”, tem como principal objetivo assegurar que os auditores e firmas de auditoria cumpram rigorosamente as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

De acordo com a NBC PA 11, um auditor-revisado deve submeter-se a uma nova Revisão Externa de Qualidade pelos Pares no ano subsequente quando

- (A) o auditor-revisado não tiver nenhum cliente selecionado para revisão.
- (B) o auditor-revisor emitir relatório com opinião adversa ou abstenção de opinião, ou quando o relatório de revisão e/ou o plano de ação não tiverem sido aprovados pelo Comitê Administrador da Revisão Externa de Qualidade (CRE) no ano que foram submetidos à revisão.
- (C) o auditor-revisado não apresentar seu plano de ação no prazo de seis meses.
- (D) o CRE decidir realizar uma revisão recíproca entre auditores.
- (E) o auditor-revisor possui grau de parentesco com executivos das empresas auditadas pelo auditor-revisado.

22

O Comunicado Técnico CTA 17 orienta os auditores independentes sobre a emissão do relatório de auditoria das demonstrações contábeis das sociedades supervisionadas pela Susep, em decorrência das alterações introduzidas no Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Considerando as disposições do CTA 17 a respeito do tratamento contábil do Teste de Adequação de Passivos, é correto afirmar que

- (A) a Circular Susep nº 457 permite que o Teste de Adequação de Passivos seja compensado com a diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos classificados como “mantidos até o vencimento” sem a necessidade de qualquer documentação adicional.
- (B) as entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos devem reconhecer integralmente o valor do TAP em 30 de junho do ano corrente, de acordo com o § 2º do Art. 16 da Circular Susep nº 457.
- (C) a compensação do TAP com a diferença entre os valores de mercado e contábil dos ativos vinculados à provisão técnica deve ser documentada por meio de um “Estudo Técnico” que comprove a equivalência dos fluxos de caixa.
- (D) a Circular Susep nº 457 determina que a constituição de provisões decorrentes do TAP deve ser feita integralmente até 31 de dezembro do ano corrente para todas as entidades supervisionadas, sem exceções.
- (E) de acordo com o CTA 17, os auditores independentes não precisam considerar as taxas de desconto usadas pelas entidades supervisionadas na realização do TAP.

23

A contadora Mariana foi contratada para realizar um trabalho de asseguração sobre os controles internos de *compliance* de uma empresa de médio porte. Durante o processo, a diretoria da empresa propôs que Mariana prestasse, simultaneamente, um serviço de consultoria para melhorar os controles internos antes da conclusão do trabalho de asseguração.

Além disso, ofereceram a ela um bônus extra, caso o relatório final apontasse a empresa como plenamente aderente às normas de *compliance*.

Diante desse cenário, assinale a opção que apresenta a conduta mais alinhada com a NBC PO 900 – CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR em relação à independência do profissional.

- (A) Mariana pode aceitar o serviço de consultoria, pois não há conflito de interesses entre a implementação dos controles e a asseguração.
- (B) Mariana pode aceitar o bônus extra, desde que seja previamente documentado no contrato de prestação de serviços.
- (C) Mariana deve recusar tanto o serviço de consultoria quanto o bônus extra, pois ambos comprometem sua independência, gerando ameaça de autorrevisão e interesse próprio.
- (D) Mariana pode prestar o serviço de consultoria, desde que a empresa seja informada por escrito e aprove formalmente a situação.
- (E) Mariana pode aceitar o bônus extra apenas se a avaliação de *compliance* for feita com base em critérios objetivos e mensuráveis.

24

O Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, regula a constituição, o funcionamento e a fiscalização das sociedades de capitalização no Brasil.

Essas sociedades emitem títulos de capitalização com o objetivo de promover a formação de reservas financeiras pelos consumidores, e sua atividade é sujeita a normas específicas de autorização e fiscalização.

Considerando o disposto nesse decreto-lei, avalie as afirmativas a seguir.

- I. As sociedades de capitalização só podem operar no Brasil mediante autorização do governo federal.
- II. O Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das sociedades de capitalização.
- III. As reservas técnicas das sociedades de capitalização devem ser mantidas em condições que garantam o cumprimento dos compromissos assumidos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

25

O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, representa um dos pilares legais do Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), estabelecendo diretrizes gerais para a atuação das empresas no setor de seguros e resseguros no Brasil.

Um de seus dispositivos trata das formas societárias autorizadas a operar nesse mercado regulado, fixando regras específicas quanto à estrutura jurídica das entidades, bem como os ramos de atuação permitidos, especialmente no caso das cooperativas.

Com base nesse contexto e de acordo com a redação atual do Decreto-Lei nº 73/1966, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Decreto-Lei nº 73/1966 estabelece que qualquer pessoa jurídica regularmente constituída poderá operar em seguros, desde que inscrita no CNPJ.
- (B) O diploma legal autoriza expressamente sociedades limitadas a operar em seguros, desde que supervisionadas pela Susep.
- (C) A atuação das cooperativas no setor de seguros é livre, sem limitação de ramos, desde que autorizadas previamente.
- (D) Apenas Sociedades Anônimas e Cooperativas, devidamente autorizadas, podem operar em seguros privados no Brasil, conforme o Art. 24 do Decreto-Lei nº 73/1966.
- (E) As operações de seguros só podem ser conduzidas por empresas públicas, de acordo com a redação original do Decreto-Lei nº 73/1966.

PROVA DISCURSIVA - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Questão 1

Os órgãos reguladores têm, de forma geral, adotado a prática de substituição (rodízio) da empresa de auditoria independente após um período de, normalmente, cinco anos. No caso da SUSEP, a Resolução CNSP 321/2015 exigia a substituição do auditor independente e dos responsáveis técnicos. A Resolução CNSP 368/2018, posteriormente revogada pela Resolução CNSP 432/2021, mas sem impacto no que se refere a esta questão, consolidou uma importante alteração: De acordo com esta última norma, *“as supervisionadas deverão promover a substituição dos membros responsáveis pela auditoria contábil independente, a cada 5 (cinco) exercícios sociais completos, após emitidos os relatórios dos auditores contábeis independentes referentes às demonstrações financeiras encerradas na data-base de 31 de dezembro”*, podendo ser mantida a empresa.

Nesse contexto, pede-se:

- A) **Analise a importância da substituição dos responsáveis técnicos e os impactos dessa alteração (rodízio apenas dos membros responsáveis, podendo ser mantida a firma de auditoria) para as empresas de auditoria e para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos, citando, pelo menos, dois pontos positivos.**
- B) **Discorra sobre o regramento previsto na Resolução CNSP 432/2021 para a substituição periódica do auditor contábil independente.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Questão 2

O auditor independente Cláudio, devidamente habilitado e com o registro ativo no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) e certificado pela SUSEP, está realizando auditoria numa sociedade supervisionada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) tendo detectado uma inconsistência no saldo da conta "11137 – BANCOS CONTA DEPÓSITOS – MOVIMENTO - EXTERIOR", pertencente ao Elenco de Contas e Modelos de Publicação – Circular SUSEP nº 648/21.

Tendo como base a Circular SUSEP nº 678/2022, que dispõe, entre outros assuntos, sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o CTA 04 – Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de Entidades Supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e considerando a importância da fidedignidade das demonstrações financeiras para a tomada de decisões econômicas, responda ao que se pede a seguir.

- A) Identifique a importância da emissão do relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com a estrutura de apresentação adequada das sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), para os investidores.**
- B) Explique sucintamente como o auditor deve tratar a inconsistência no saldo da conta " 11137 – BANCOS CONTA DEPÓSITOS – MOVIMENTO – EXTERIOR", pertencente ao Elenco de Contas e Modelos de Publicação – Circular SUSEP nº 648/21.**
- C) Se essa inconsistência for identificada como uma distorção relevante no saldo da conta " 11137 – BANCOS CONTA DEPÓSITOS – MOVIMENTO – EXTERIOR", pertencente ao Elenco de Contas e Modelos de Publicação – Circular SUSEP nº 648/21, indique como o auditor deve proceder.**
- D) Indique como o auditor deve proceder na avaliação de distorções contábeis relevantes e não corrigidas na opinião do relatório de auditoria (CTA 04).**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

